

RESENHA:

JENKINS, Keith. *A História repensada*. Tradução de Mario Vilela. Revisão Técnica de Margareth Rago. São Paulo, Contexto, 2001.

Por Marcos Carvalho Lopes¹

"A história é basicamente um discurso em litígio, um campo de batalha onde pessoas, classes e grupos elaboram autobiograficamente suas interpretações do passado para agradarem a si mesmos".² Keith Jenkins

Os historiadores ainda tem dificuldades para lidar com todas as conseqüências da virada lingüística (*linguistic turn*). O deslocamento da ênfase na *experiência* para a valorização da *linguagem* colocou em crise a idéia de que os fatos poderiam ser considerados de forma independente de aspectos interpretativos, ou seja, como se estes não fossem construtos sociais intersubjetivos. O filósofo da história Hayden White ainda é tido como um dissidente radical por destacar o aspecto literário e retórico da construção e avaliação das narrativas históricas. Por isso mesmo, o inglês Keith Jenkins causa mal estar ainda maior entre os historiadores profissionais, já que, além de se posicionar a partir do nominalismo metodológico, caminha numa direção pós-nietzscheana, desdobrando em sentido prático as conseqüências da virada lingüística. Noutras palavras, Jenkins radicaliza este movimento de ênfase na linguagem, acompanhando a abordagem do filósofo norte-americano Richard Rorty, numa direção pós-nietzschiana.

Jenkins fez seu Ph.D. em teoria política com uma tese em que dialogava com Nietzsche, Freud e Sorel. Apesar de seu interesse pela teoria política, a ausência de oportunidades de emprego fez com que migrasse para a História, passando a integrar o departamento desta disciplina na University College Chichester em 1978. Neste centro de formação teve oportunidade de ter contato tanto com estudantes de pós-graduação, quanto com professores secundaristas em formação. Nesta posição percebeu a dificuldade, e mesmo hostilidade, destes para certos questionamentos teóricos sobre sua

¹ Mestre em Filosofia pela UFG, doutorando em Filosofia na UFRJ.

² JENKINS, Keith. *A História repensada*. Tradução de Mario Vilela. Revisão Técnica de Margareth Rago. São Paulo, Contexto, 2001. p.43.

própria “disciplina”. A ausência de questionamento fazia com que questões sobre critérios epistemológicos, metodológicos e ideológicos fossem encobertas por uma aura de mistério que não parecia menor mesmo para pessoas com formação avançada. Este turvamento servia mesmo para fundar a autoridade e reificar certa visão da História que mantém pressupostos platônicos.

Nesse sentido, a publicação de *A História Repensada* em 1991, e que apareceu em português dez anos depois, continua possuindo potencial para alimentar polêmicas. Neste pequeno livro o historiador britânico coloca em xeque a reivindicação de que existiriam instrumentos metodológicos privilegiados que pudessem garantir ao historiador acesso especial aos fatos do passado de modo científico, ou seja, “não interessado”.

A argumentação de Jenkins parte da consideração de uma diferença entre passado e História: se a História tem por objeto de estudo o passado, este só pode ser alcançado através de discursos, da leitura e elaboração de textos, do trabalho de interpretação. Explica ele que “o mundo ou o passado sempre nos chegam como narrativas e que não podemos sair dessas narrativas para verificar se correspondem ao mundo ou ao passado reais, pois elas constituem a ‘realidade’”.³ A partir disso poderíamos chegar a uma conclusão davidsoniana de que o passado como vinha sendo buscado pelos historiadores, como um objeto estático a espera de ser desvelado, não existe. Jenkins não abraça esse tipo de descrição, já que busca mediar a dialética dentre os que vão perceber o passado como não existente e os que vão ver este como um significativo sem significado, aberto a qualquer interpretação.

O livro de Jenkins tem como público alvo estudantes que buscaram alguma resposta para a questão “O que é História?”, por isso é escrito para ter um sentido introdutório e polêmico, abrindo caminho para que se questionem os pressupostos que tacitamente são tomados como fundamentos fiduciários do trabalho do historiador. Tal interrogação então é tomada em uma perspectiva teórica que deve se contrapor a uma interrogação prática na busca de uma definição ponderada. Em termos teóricos Jenkins aborda a busca por uma definição do termo História a partir de dois argumentos: (1) ela é uma forma de discurso, uma maneira de descrever o mundo, que se constitui como uma perspectiva que busca desvelar o passado. Os discursos históricos falam sobre o passado, mas não são o passado; e, assim, (2) o problema teórico passa a ser como conciliar passado e História. Neste “como” se incluem para Jenkins questões

³Idem. p.28.

epistemológicas, metodológicas e ideológicas, que dão forma ao gênero de discurso denominado/aceito como histórico. Neste ponto, Jenkins questiona a percepção da História como busca da Verdade sobre o passado. Na medida em que relatos só podem ser confrontados com outros relatos, o passado só poderia ser parcialmente recuperado e estaria sempre sujeito a revisões. Por isso mesmo, a idéia de um método privilegiado que pudesse garantir acesso a uma forma de verdade inquestionável só pode ser sustentada de modo ideológico. Assim, a questão “O que é História?” torna-se mais pertinente quando buscamos saber “Para quem é a História?”. Em termos práticos essa substituição de questão se traduz numa abordagem do historiador (ou do estudante de História) como alguém que possui seus valores prévios, suas escolhas epistemológicas, que incorpora certas rotinas e procedimentos, que é treinado para desenvolver uma certa forma de interpretação, a partir da leitura de obras canônicas, vestígios etc. e para tentar *re-contextualiza-los* em novas narrativas *trans*-formando o passado em História. Esses relatos devem ser escritos e aí surgem diversas coerções quanto ao estilo, extensão, mercado, público-alvo etc. que vão repercutir numa forma de recepção, que também varia de acordo com os contextos contingentes onde existem disputas de poder e hábitos de interpretação. Ora, existem então uma série de coerções que levam a se considerar uma certa abordagem adequada e outra não, uma espécie de dimensão tácita e fiduciária que deve ser corporificada na figura do historiador. Sintetizando a abordagem teórica e prática, a História aparece como sendo o que os historiadores fazem, na construção e interpretação de textos que buscam descrever o passado.

Na segunda parte do livro, Jenkins tenta mostrar como a adoção desta distinção entre passado e História juntamente com a aceitação da dimensão narrativa e imaginativa (poética) presente na atividade do historiador dissolve diversas interrogações e pressupostos tácitos desta disciplina. A percepção de que a verdade é criada e não descoberta trás consigo o questionamento das estruturas de poder que fomentam a reificação de certos discursos como inquestionáveis. A tarefa do historiador de buscar uma interpretação equilibrada entre a dúvida cética e o consenso dogmático é questionada a partir da estruturação de um espectro peirciano. Isto se dá de um modo um pouco confuso, mas o argumento é o de que se temos um espectro onde uma das extremidades é de cor branca e outra de cor negra, tentar possuir uma marca segura para delimitar onde começa ou termina a cor cinza é uma tarefa quimérica. Qualquer interpretação será inelutavelmente parcial e situada. Com essa perspectiva relacional a tentativa de buscar uma posição de empatia, mostra-se também um engodo..

A História, assim pensada, retomaria sua dimensão poética, de tal modo que a interrogação sobre se está é uma arte ou uma ciência se torna irrelevante. Jenkins aponta em uma direção onde a justificação toma lugar da fundamentação, por isso mesmo, os critérios seriam sempre passíveis de questionamento intersubjetivo.

Na última parte de seu livro, Jenkins fornece uma narrativa que descreve a dissolução das certezas da modernidade e considera a condição pos-moderna como nosso atual contexto de existência. A impossibilidade ou descrença em metanarrativas, para o historiador inglês, é um aspecto inelutável que acompanha a aceitação da contingência e historicidade de nossa própria forma de perceber o mundo e de nos percebermos. Neste ponto Jenkins lança mão de algumas formulações desenvolvidas por Richard Rorty em *Contingência, Ironia e Solidariedade* para falar de uma virada re-descritiva (*re-descriptive turn*). Fica claro então que o prefixo “re” presente título do livro repercute a necessidade de uma constante re-descrição, o que seria para Rorty uma postura necessária para não se repetir a reificação do discurso em um vocabulário final e, com isso, a quebra das possibilidades de diálogo pela intervenção autoritária e opressiva de uma visão inquestionável. Jenkins se situa numa perspectiva liberal democrática, postulando que o relativismo moral e o ceticismo epistemológico seriam a “base da tolerância e do reconhecimento positivo das diferenças”.⁴ Embora não descreva uma metodologia ou uma forma de abordagem epistemológica, deixando a cargo de cada qual fazer suas escolhas, Jenkins conclui seu texto apontando para a crença foucaultiana de que o questionamento da modernidade a partir de diversas abordagens historiográficas poderia servir como caminho para construção de uma resposta para o sentido da História. Acena aqui a percepção de que tal questionamento nos levaria a ponderar nossas possibilidades de autonomia no atual contexto, uma vez que o questionamento do iluminismo metodológico não trás consigo, necessariamente, o descarte de seu projeto moral e político.

Jenkins parece aos leitores brasileiros em geral, afirmar posições que não estariam devidamente fundamentadas. Esse tipo de juízo se deve, em parte, ao deslocamento epistemológico da *fundamentação* para a *justificação*, que seria para o autor consequência da ausência de qualquer contexto não relacional, de qualquer passado passivo que estivesse esperando para ser descoberto. Soma-se a isso o fato de que a historiografia em língua inglesa permanece marginal no Brasil, sendo que, obras

⁴ Idem. p.90.

como as de Hayden White, apesar de traduzidas estão esgotadas e textos clássicos – como os da filosofia analítica da história de Arthur Danto – ou obras mais recentes – como a de Frank Ankersmit – continuam sem tradução. De certa forma, a obra de Jenkins é uma engrenagem que gira sem que seja considerada parte do mecanismo. Além disso, falta ao leitor brasileiro conhecimento do contexto filosófico do debate no qual Jenkins se situa: se explicitamente ele dialoga com Richard Rorty, a partir deste, de forma indireta, seu trabalho repercute a obra de Donald Davidson e o movimento de virada pragmática diagnosticado por Jürgen Habermas. Isso não significa que a obra não possa ser lida com tranquilidade, mas, sim, que o leitor deve estar atento para os seus próprios pré-conceitos.

Isso não minora os problemas que a obra de Jenkins possui, como o da adoção de uma terminologia que se presta a gerar confusões, como a utilização dos termos ideologia, relativismo moral ou ceticismo epistemológico. Quanto ao conceito de ideologia, as confusões althusserianas e sua carga metafísica negativa deveriam ser suficientes para evitar seu uso: seria mais interessante, como Marx originalmente, deixar este conceito na gaveta. Os termos relativismo moral e ceticismo epistemológico são em si mesmos problemáticos. O segundo poderia ser, com vantagens, suprimido, por uma abordagem da dimensão tácita de consenso presente em qualquer sociedade, contraposta aos problemas da reificação e da necessidade de inovação. Apontar a dimensão fiduciária dos aspectos epistemológicos é mais convincente do que negar-lhes qualquer lugar: a ironia é diferente do ceticismo, já que, esta não é uma descrença, mas a capacidade de rir das próprias descrições, ou seja, a abertura para o questionamento e revisão de descrições que se mostram problemáticas.

O relativismo moral parece se vincular no discurso de Jenkins a uma aceitação das diferenças em um contexto multicultural. Contudo, tal termo faz saltar à vista a ausência de um debate mais contundente sobre os aspectos éticos do trabalho do historiador. Embora Jenkins deixe clara sua posição democrática de defesa e fomento de valores liberais, a perspectiva de esperança numa sociedade mais livre e conversacional demanda uma crença que para alguns ainda não é uma evidência. Neste sentido, cabe pensar a relação entre os discursos habituais e eminentemente platônicos que servem para a socialização do conhecimento histórico em contraste com a percepção pós-moderna que os historiadores encontram na universidade. A tensão entre reificação e abertura de discurso é um aspecto que não pode ser superado para além da conversação é contingência de tudo que é humano.

Acredito que no futuro contarão como Hayden White, na historiografia; Harold Bloom, na crítica literária e Richard Rorty na filosofia trabalharam na mesma direção, de dissolução dos gêneros e crítica da postura mentirosa de alguns acadêmicos, que escondem seus ressentimentos criativos e disputas por poder, com o loteamento de improdutivos latifúndios de "solo epistemológico" privilegiado. Podemos e devemos rir dessa cartografia de galinheiro acadêmico e questionar o poder desses "guardas de fronteira". A leitura do livro de Jenkins ajuda o aluno que busca alguma luz sobre o que é História a ter uma perspectiva não fundacionista e fomenta debates que precisam e são retomados em trabalhos posteriores do autor, como *On 'What is History': from Carr and Elton to Rorty and White* (complemento de *A História Repensada*, destinado a um debate acadêmico mais detalhado) e *Re-figuring History: New thoughts on an Old Discipline* (uma espécie de versão atualizada dos questionamentos de Jenkins). O acesso a este debate contribui enormemente para a historicização da História e desenvolvimento da tarefa constante de questionamento de fundamentos que caracteriza a filosofia.